

Ata da Reunião da Comissão de Moradia
Reunião realizada no dia 19/09/2013
Local: PRAE – 1º andar – 10 horas

Presentes:

PRAE/Osasco: Fábio Alexandre dos Santos (Docente)

PRAE/Diadema: Andréa Rabinovici (Docente)

ProPlan/Guarulhos: Pedro Fiori Arantes (Docente)

Baixada Santista: Eliana Almeida Soares Ganam (TAE)

Diadema: José Alves da Silva (Docente)

Guarulhos: Marieta Gouvêa O. Penna (Docente)

Guarulhos: Carlos Alberto da Silva (Discente)

Osasco: Emília Tiemi Shinkawa (TAE)

Osasco: Alexandre Rosenberg (Discente)

São Paulo: Ana Cristina Passarella Bretas (Docente)

São Paulo: Viviane Aguilar (TAE)

Pauta:

1 – Informes;

2 – Aprovação da Ata de 28/08/2013;

3 – GT's:

- 1 – Questões emergenciais;
- 2 – Recaracterização da demanda;

4 – Encaminhamentos.

Ata:

A reunião da Comissão de Moradia teve início com o professor Fábio Alexandre realizando uma breve apresentação do discente Alexandre Rosenberg, que passará a integrar o grupo como representante dos alunos do campus Osasco, e em seguida discorreu rapidamente sobre as pautas que seriam discutidas na reunião, dando especial ênfase aos encaminhamentos que serão feitos aos campi para a formação de comissões interlocutoras que trabalharão integradas à Comissão de Moradia da PRAE.

Ao finalizar essa pequena exposição inicial, passou-se à aprovação da ata da reunião anterior, ocorrida no dia 28/08/2013, e foi concedida a oportunidade aos demais membros para opinarem sobre possíveis alterações que poderiam ser feitas à ata. Na circunstância, foram acrescentados dois comentários, provindos originalmente da assistente social Viviane Aguilar e da pró-reitora Prof.ª. Dr.ª. Andréa Rabinovici.

A assistente social Viviane Aguilar e o discente Carlos Alberto da Silva solicitaram a inclusão de seus nomes no GT2, que discursará sobre a recaracterização da demanda por moradias estudantis na Unifesp. Já a pró-reitora Andréa Rabinovici discorreu sobre a necessidade de se ouvir as argumentações das universidades que optaram por não construir moradias estudantis aos seus alunos, e propôs então que fosse marcada reunião de alguns integrantes da Comissão de Moradia da PRAE-Unifesp com o pró-reitor de assuntos estudantis da UFABC (Universidade Federal do ABC), como maneira de reforçar teses internas da necessidade de moradias estudantis nos campi da universidade. Também ressaltou a importância da explanação feita pelo Prof.º. Pedro no Conselho de Planejamento sobre a 1ª reunião da comissão de moradia, onde foi apresentada a importância dos trabalhos da comissão para o andamento estrutural básico de início e viabilidade dos trabalhos nos campi. Também houve breve comentário acerca da importância de representação estudantil nessas reuniões, entretanto, constata-se a falta de representação quando elas ocorrem e sobre a imprescindibilidade de

encaminhamentos aos campi para a criação das comissões de moradia que executarão seus trabalhos descentralizadamente, com a coordenação e supervisão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Logo após essas observações, a ata relacionada à primeira reunião da Comissão foi aprovada.

O Prof^o. José Alves informou sobre a indicação feita à população e aos órgãos competentes do campus Diadema de dois terrenos de interesse do campus, para a construção das futuras moradias. Destacou que um dos terrenos localiza-se no território da cidade São Paulo e se trata de área anteriormente em estudo para outros projetos de interesse público, e o outro terreno já tinha sido informado pela Diretoria Acadêmica como área de interesse à universidade. A orientação dada aos gestores responsáveis do campus é que seriam empreendidas obras no entorno da universidade se houvesse cessão de área pelos órgãos municipais, mas não houve interesse público para prosseguimento dessa demanda. Diante disso, houve então uma pesquisa institucional de áreas que seriam de interesse da Universidade para a construção das moradias, e devido a fatores como tamanho adequado, proximidade em relação à universidade, regularização junto a órgãos competentes, e por se tratar de área residencial, foi decidido plenamente tratar-se da área mais adequada com finalidade do empreendimento proposto. Segundo ele, futuramente serão feitas audiências públicas com o objetivo de apresentar a área pretendida à população, e também serão apresentadas estas áreas na Congregação do campus. Se forem aceitas as indicações pelos órgãos de decisão universitária, foi proposto que os trâmites administrativos e burocráticos posteriores, para que ocorra a efetivação da compra por licitação, seja realizado por profissionais nas áreas de atuação respectivas, como advogados para os detalhes expressamente jurídicos, ou contabilistas para os detalhes expressamente contábeis, dentre outros, e que a Comissão de Moradia se reservaria na incumbência de acompanhar o andamento desses trabalhos e de prosseguir com a execução de quaisquer obrigações originariamente outorgadas aos integrantes da comissão.

Foi informado pelo Prof^o. Pedro Fiori, em sua exposição inicial, que estavam sendo estudadas as formas de relações jurídicas possíveis com as empresas que poderiam apresentar propostas no concurso público, se havia a necessidade de ocorrer um chamamento público com o objetivo de abrir a oportunidade a outras empresas para organizarem o evento, ou se era possível celebrar o convênio diretamente com a entidade IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), e que já está sendo montada a fundamentação jurídica necessária ao trâmite do procedimento, para ser encaminhada à Procuradoria Federal localizada na Reitoria, além de estarem em análise os processos de desapropriação que seriam empreendidos para consecução de obras em alguns campi da Unifesp, e que o setor responsável por esta análise documental é o Departamento de Imóveis da Unifesp. Também está sendo providenciada, em cada campus, a elaboração das atas de laudo de avaliação dos imóveis e das áreas objetos de interesse da universidade, no sentido de se avaliar as condições estruturais, ambientais e jurídicas das áreas para dar-se prosseguimento às desapropriações necessárias futuramente. Toda essa documentação deverá ser avaliada, e em seguida, devem-se encaminhar as justificações necessárias ao MEC como forma de comunicá-los da necessidade das áreas para ampliação dos programas estudantis. Também, segundo o Prof^o. Pedro Fiori, houve a indicação de outros dois terrenos na região de Diadema, mas que devido ao tamanho e à localização, já foram quase que totalmente desconsiderados como área viável para construção.

Dando prosseguimento às discussões, o Prof^o. Pedro começou a apresentação de duas apresentações de slides, onde na primeira havia uma breve exposição sobre o planejamento de moradias estudantis na Unicamp, e na segunda foi apresentado um projeto de moradia estudantil de uma universidade belga, onde ocorreu uma reestruturação dos paradigmas relacionadas às moradias estudantis, abrangendo de forma plena um modelo de trabalho denominado arquitetura participativa e como forma de reflexão sobre modelos básicos

diferentes, que a universidade poderia adotar para cobrir de forma plena as demandas universitárias.

Sobre o processo que antecedeu a construção de moradias da Unicamp, o Prof^o. expôs de forma resumida o processo de envio de muito estudantes dos cursos de Engenharia e Arquitetura a conjuntos habitacionais de periferia, como forma de repensarem suas concepções de planejamento e execução de construção de moradias. Com isso, surgiram grupos de trabalho dentro da Universidade que iniciaram trabalhos de planejamento do que seriam as moradias, e idealizaram um projeto de automatização do processo de construção de moradias, com a produção de estruturas pré-montadas que seriam posteriormente apenas montadas em blocos habitacionais de tamanho variável. Apresentou então argumentação em defesa do método de construção adotado pela Unicamp, explicando que com a automatização, haveria um menor custo final da estrutura, uma maior rapidez na montagem e o processo, avaliado de forma global, se tornaria mais limpo e menos complexo. Em consequência disso, poderia ser utilizados trabalhadores com um nível de qualificação menor, somente sendo necessário um administrador para organizar e gerir os trabalhos, e assim seria possível um corte de custos empregada com a mão-de-obra. Como contrapontos foram apresentadas, pelo Prof^o. Fábio Alexandre, a impermeabilização sonora deficiente, que permitia a passagem de som entre ambientes contíguos com certa facilidade e os problemas à manutenção, devido ao teor altamente experimental empregado nessas construções. Mas, apesar de algumas deficiências estruturais em consequência de ter sido uma obra experimental, segundo o Prof^o. Pedro Fiori, as moradias da Unicamp se tornaram referência em obras arquitetônicas no país. De qualquer forma, o prof. Pedro destacou que justamente em função de seu caráter experimental, a moradia da Unicamp precisou passar por reformas anos após sua conclusão para sanar problemas de infiltração, sonoridade etc.

Logo após a exposição circunstanciada sobre os aspectos mais importantes das moradias da Unicamp, o Prof^o. Pedro Fiori passou a apresentar então um projeto executado na cidade de Bruxelas, chamado La Meme, e que ocorreu logo após as manifestações estudantis e populares de 1968, e que segundo as informações que coletou com os responsáveis pelo local, se tratou de uma construção ambiciosa executada em parceria com os próprios estudantes da universidade. O local é construído com alto nível de verticalização, contém diversos espaços de atendimento aos alunos, como biblioteca universitária, lavanderia comunitária, copas comunitárias, consultórios de assistência social, além da integração de ambientes comerciais e diversos outros serviços de interesse estudantil. Os banheiros são compartilhados entre os alunos e fica situado em frente à rede metroviária que foi projetada pelo arquiteto que executou o projeto das moradias universitárias e o ambiente da moradia é restrito aos usuários que usufruem plenamente do espaço, ou seja, somente tem autorização para transitar plenamente nas áreas internas os membros da universidade que usufruem dos serviços de moradia e, portanto, é outorgada a responsabilidade de preservar, melhorar e modificar o local, de acordo com as regras estabelecidas pela universidade. Segundo o Prof^o. Pedro Fiori, o modelo predial belga demonstra uma espécie de revolta dos criadores contra os modelos modernistas de construção e ao fenômeno da padronização, que engessa o espírito inovador. Houve então explicações empreendidas pelo Prof^o. Pedro de detalhes estruturais básicas das moradias.

Sobre a minuta do convênio que seria firmado com a IAB, o Prof^o. Pedro Fiori esclareceu que houve exaustiva discussão para decidir-se entre a assinatura de um contrato com a entidade organizadora do concurso público, mas que para a concretização desse objetivo seria necessário caracterizar o procedimento como sujeito à dispensa de licitação, ou então em estar firmando um convênio com a empresa. Diante das duas opções, demonstrou as vantagens de se firmar um convênio com a entidade, devido ao fato de que com essa escolha se dispensaria algumas etapas do processo burocrático rotineiro e se viabilizaria o início da execução dos trabalhos de forma mais rápida. A proposta é que, no caso de se adotar o regime de convênio, possa ser assinado por um prazo de cinco anos, e que nesse período fossem

feitos todos os concursos previstos para todos os campi. Um dos óbices para a assinatura imediata do convênio com o IAB é o fato de ter que ser realizado um chamamento público, com o objetivo de comprovação para demais possíveis concorrentes e para a comunidade de que o convênio se fez necessário somente com a entidade em razão de ser a única organizadora de concursos da espécie com competência técnica de realizar esse tipo de procedimento. Informou durante a explicação, que a Unifesp, conjuntamente com alguns outros setores, terão que levantar uma longa lista de documentos no período anterior à concepção das obras, como plano de necessidades, que se trata a descrição dos espaços físicos previstos para os empreendimentos futuros, toda a documentação referente à baixa dos imóveis que se situam no local de construção das moradias, e que a ProPlan, que é um dos setores que auxiliarão a PRAE no decorrer do processo, ficaria incumbida do levantamento e análise da legislação incidente sobre os procedimentos arquitetônicos. Na avaliação dos projetos pela entidade no concurso, que será realizada por um júri legalmente constituído que contará com sete integrantes, a maioria dos membros deverá ser indicado obrigatoriamente pela entidade organizadora do concurso, que nesse caso seria o IAB, para que ficasse caracterizado como escolha prioritariamente técnica, sendo que os membros restantes indicados pela Unifesp, 1 pela PRAE e outro pela reitoria.

O Prof^o. Fábio Alexandre propôs que já fossem formalizados os encaminhamentos necessários para a criação das comissões de moradia dos campi e que ocorresse a discussão para a definição das atribuições ínsitas de cada uma. Segundo ele, seria de primordial importância que as referidas comissões fossem paritárias e que houvesse a clara atribuição de quais atribuições teriam responsabilidades. Para ele, há uma necessidade de rapidez principalmente por parte dos campi Osasco, São José dos Campos e São Paulo, porque já tem os referidos processos de aquisição das áreas para construção definidas e, portanto, serão contempladas nos primeiros concursos interpostos.

Logo após esse breve comentário, foi explicado pelo Prof^o. Pedro Fiori que é necessário que os campi que tem propostas efetivas e vislumbram a aquisição das áreas ou já as possuem, que enviem o relatório da comissão de moradia que será instituída nos campi, para que seja então formalizado o convênio com o IAB e que os procedimentos que conduzirão à execução dos futuros concursos obedeçam a um fluxo contínuo e sejam concluídos para esses campi de forma rápida.

O Prof^o. Fábio Alexandre indagou os integrantes da reunião sobre o possível prazo que seria necessário para a entrega do relatório pelos integrantes do GT-2 - Recaracterização da demanda às representantes dos campi Diadema, Baixada Santista e Osasco. O Prof^o. José Alves, representante de Diadema, explicou que há estimativas dos estudantes que apresentam perfil com vulnerabilidade socioeconômica, mas que estes dados, devido a problemas operacionais, se encontram desatualizados e que seria necessário fazer um novo levantamento circunstanciado dessas informações. A Assistente Social Eliana Almeida, representante da Baixada Santista, informou que os dados referentes aos estudantes que recebem auxílio estudantil podem ser levantados, e que a PRAE também disponibiliza dados sobre o número de estudantes que recebiam auxílios nos anos de 2011-2012, e que esses dados também poderiam integrar a compilação de informações necessárias para a produção do relatório. Hoje os dados de matrícula são efetuados pela Internet, e isso está impossibilitando uma aferição exata do número de estudantes que recebem auxílio ou outros dados que possam ser relevantes aos campi.

A Prof.^a. Andréa Rabinovici expôs a possibilidade de serem feitas audiências públicas ou pesquisas nos campi para quantificar os dados relevantes a caracterização da demanda, e também para que fosse claramente explicada à comunidade universitária os detalhes sobre as obras que seriam empreendidas na construção das moradias e demais procedimentos, como forma de incentivar os discentes e demais membros da comunidade acadêmica a participarem das discussões sobre os projetos e para elucidarem eventuais dúvidas que possam surgir sobre os planos de ampliação.

O Prof^o. Fábio Alexandre solicitou aos integrantes do GT – 2 (Grupo de Trabalho 2), que cuidará especificamente da Recaracterização da demanda, que fizessem os esforços necessários para levantarem dados que pudessem ser enviados para integrarem os relatórios dos primeiros campi que serão contemplados com os primeiros concursos públicos que serão abertos, proposta essa que foi acatada pelos integrantes do GT sem nenhuma ressalva.

O Prof^o. Pedro Fiori comentou que seria importante fazer um levantamento também do número médio de moradias que são utilizadas em outros centros universitários federais para que fosse possível calcular para a realidade da Unifesp um número de moradias mínimo em relação ao percentual total de alunos, como forma de também possibilitar moradias a outros perfis de estudantes que exorbitassem do paradigma básico de necessidade socioeconômica. Também explicou que aos alunos que morem longe dos centros universitários podem compor o modelo de gestão adotado pela universidade para terem acesso às moradias estudantis, assim também os que fossem prejudicados por preços exorbitantes do mercado imobiliário local, devido ao aumento acima dos preços normalmente praticados no mercado das moradias que se localizam próximas dos centros universitários, devido à escassez proporcionada pelo aumento de procura feita pelos universitários. Mas, ressaltou que seria interessante, dentro dessa perspectiva, pensar em uma gradação de taxas que seriam adotadas pela universidade em relação a esses alunos, por não se enquadrarem no perfil de vulnerabilidade socioeconômica regido pela universidade, e por se tratarem de estudantes com condições financeiras de estarem arcando com custos de moradia, seriam enquadrados em um plano de custos universitário, que ajudaria a custear a permanência dos estudantes com perfil econômico menos favorecido e seria importante para a manutenção e conservação das moradias pela universidade.

O Prof^o. José Alves, dentro da perspectiva levantada pelo Prof^o. Pedro Fiori comentou brevemente então sobre a necessidade de cautela na adoção de uma política dessa natureza, para que não ocorresse nenhum tipo de favorecimento ou injustiça, no plano institucional, sobre determinados grupos universitários, adotando-se uma política de lucros indiscriminada que desprivilegiasse e descaracterizasse a função das moradias estudantis.

O Prof^o. Fábio Alexandre prosseguiu com a exposição dos itens que foram aprovados pela comissão, se referindo sobre o pedido que deverá ser feito pela PRAE, dos encaminhamentos que serão realizados aos campi, com cópia direcionada aos NAE's, para a criação das comissões de moradia em todos os campi da Unifesp, e que no caso de São Paulo, solicitará a unificação da EPM e da EPE em uma única comissão, com a finalidade de que juntas iniciem a construção do termo de referência, em que será baseado o objeto do concurso para a moradia do campus São Paulo, nos mesmos termos apresentados pela CIRU, na gestão anterior, porém, de forma a ser revisto, no sentido de se tornar mais detalhado em suas necessidades e especificidades desejadas; solicitando também que os campi organizem as discussões sobre os futuros critérios de seleção, o modelo de gestão e outros temas pertinentes à temática. Depois da estruturação feita pelas comissões dos campi, seriam marcadas audiências públicas, com a finalidade de ser feita uma exposição à comunidade das discussões realizadas pelas comissões e possibilitar a intervenção dos alunos e demais interessados, nas ideias e progressões da implementação das moradias.

Foi acordado entre os integrantes da comissão de que as observações realizadas sobre detalhes da minuta do convênio que será firmada entre a Unifesp e a IAB deveriam ser enviadas ao Prof^o. Pedro Fiori até a data-limite de 26/09/2013.

O Prof^o. José Alves informou no final da reunião que existe uma possibilidade ainda não efetiva de o campus Diadema ser transferido para o Ipiranga de forma provisória, e que essa situação tem gerado certa confusão entre os estudantes, pois já existem estudantes estabelecidos em moradias alugadas na região de Diadema.

Dentro desse assunto, diante da necessidade de mudança do campus Diadema para outra localidade, o Prof^o. Pedro Fiori informou que o processo de licitação para venda do terreno no Ipiranga tem sido objeto de certa dificuldade, em razão de também existirem outros

interessados na compra do local, mas que seria de extrema importância a compra, por se tratar área com a existência de um centro acadêmico, que pode facilmente ser adaptado às necessidades da Universidade no decorrer da transferência. A transferência se deve à falta de espaço para comportar o número atual de universitários do campus, e que existem locais onde estão sendo ministradas aulas sem nenhuma condição para tais atividades, devido ao fato de não existir aprovação dos órgãos públicos competentes atestando a segurança para atividades educacionais.

A Prof.^a. Andréa Rabinovici mencionou a necessidade de serem colocadas em destaque no site da PRAE informações sobre as deliberações da Comissão, para que os alunos tivessem acesso rápido, e para publicizar de maneira eficiente as informações sobre a Comissão e suas deliberações, além de colocar em destaque contatos de relevância aos estudantes, como forma de eles poderem saber detalhes sobre as discussões com os responsáveis ou integrantes da Comissão de Moradia.

A próxima reunião da comissão está marcada para o dia 10/10/2013, no horário das 14:00 horas.

- A reunião foi gravada e o arquivo encontra-se na pasta PRAE/Comissão_Moradia_2013

São Paulo, 19 de Setembro de 2013.

Fábio Alexandre dos Santos
PRAE/Osasco-Docente

Carlos Alberto da Silva
Guarulhos-Discente

Andréa Rabinovici
PRAE/Diadema-Docente

Emília Tiemi Shinkawa
Osasco-TAE

Pedro Fiori Arantes
ProPlan/Guarulhos-Docente

Alexandre Rosenberg
Osasco-Discente

Eliana Almeida Soares Ganam
Baixada Santista-TAE

Ana Cristina Passarella Bretas
São Paulo-Docente

José Alves da Silva
Diadema-Docente

Viviane Aguilar
São Paulo-TAE

Marieta Gouvêa O. Penna
Guarulhos-Docente